



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Comitê Interno de Governança Pública

1ª Ata de Reunião – Comitê Interno de Governança e Compliance

Ao dia onze de julho de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, reuniram-se os membros do Comitê Interno de Governança e *Compliance* do Brasília Ambiental, em sua primeira reunião, com a participação dos seguintes membros: da Casa Civil participaram Alexandre Brandão, da Secretaria Executiva de Governança; Marcelo Pontes, da Subsecretaria de *Compliance*; do Brasília Ambiental participaram Edson Duarte, Presidente; Elaine Dias, Assessora Especial da Secretaria-Geral; Rejane Pieratti, Superintendente de Unidades de Conservação; Alisson Santos, Superintendente de Licenciamento Ambiental; Vincent Gautier, Superintendente de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento Ambiental substituto; Felipe Duarte, Chefe da Unidade de Planejamento; Liana Martins, Assessora de Projetos da Unidade de Planejamento; Caroline Borba, Assessora Técnica da Unidade de Planejamento; Cleycione da Silva, Chefe da Unidade de Controle Interno; Rogério de Castro, Superintendente de Administração Geral Substituto. A reunião iniciou-se com a apresentação do Presidente sobre o Brasília Ambiental e a postura da governança interna desde o início da gestão. Falou das informações que são veiculadas internamente e o cuidado que a gestão tem essas informações. Em seguida, Alexandre Brandão fez uma explanação geral sobre a governança e Marcelo Pontes sobre o *Compliance*. Alexandre, em sua fala, citou algumas ações que poderiam ser feitas pelo Comitê, foram elas: criação de um calendário anual de reuniões – sugerindo reuniões bimestrais; acompanhamento do planejamento e o atingimento dos objetivos estabelecidos; criação de mecanismos para a avaliação das políticas públicas executadas pelo Brasília Ambiental; criação de indicadores de desempenho ambiental; implantação da gestão de riscos com base nas obrigações legais; foco na transparência das políticas e ações; e a criação de auto avaliações do Comitê. Marcos Pontes, em sua fala, também citou alguns pontos a serem observados, foram eles: da necessidade da criação da estrutura de governança no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF); reforçou a importância da criação dos indicadores ambientais citados por Brandão; falou sobre o que o Governo entende por *Compliance*, ou seja, a ideia de integridade, conformidade e mudança de cultura organizacional; de que o primeiro passo para o Comitê instalar uma política de *Compliance* seria o mapeamento da realidade do Brasília Ambiental; de que as boas práticas deveriam ser institucionalizadas para não se perderem ao longo do tempo; da criação de um programa de integridade em cada área de atuação da entidade; da necessidade de treinamentos regulares, capacitações, sensibilização dos servidores para a temática; da necessidade do enfrentamento e combate à corrupção; da importância de se trabalhar com a gestão de riscos e a criação de sistemas de gestão da integridade; citou a PORTARIA Nº 42, DE 09 DE JULHO DE 2019, que institui o Comitê Interno de Governança Pública da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal-DF; e da importância da gestão com base em evidências e análise *ex-ante*. O Presidente do Brasília Ambiental complementou a fala citando os seguintes pontos: do trabalho de identificação dos desafios em assumir a gestão da entidade; da identificação dos gargalos via sistema eletrônico de informação (SEI); da institucionalização das boas práticas e fluxos de processos; das atribuições de todas as áreas/superintendências; da constante revisão das normas internas para dar celeridade aos processos e procedimentos; e do empenho da gestão em desburocratizar a gestão ambiental. Posteriormente o chefe da Unidade de Planejamento, Felipe Duarte, manifestou-se quanto à necessidade da articulação entre as áreas e os diversos órgãos de governo com ênfase no planejamento; da importância dos projetos institucionais e da importância do planejamento com foco no *Compliance*. Em seguida, outras áreas se manifestaram quanto às suas ações (fiscalização, licenciamento, administração geral). Alexandre Brandão, posteriormente, tomou a palavra para falar sobre a importância do Brasília Ambiental levar os *cases* de sucesso do instituto para a Casa Civil, pois essas ações poderiam colaborar com outros órgãos e entidades e falou sobre os

indicadores macro, de resultado e de esforço. Marcelo Pontes falou sobre a intenção do Governo em transformar os Comitês Internos de Gestão e *Compliance* em uma rede de relacionamentos parecida com a atual rede de relacionamentos dos Agentes de Planejamento do Distrito Federal (AGEPs). O Presidente Edson citou a aproximação do Brasília Ambiental com os demais órgãos de governo, em especial com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aproximação que não era tão evidente nas gestões anteriores; Pontes complementou referindo-se sobre a importância da aproximação também dos órgãos de controle e da necessidade e importância do Comitê de Ética de cada órgão. Por fim, colaborou Rogério de Castro falando sobre a importância da criação de ritos de gestão e da implementação de metodologias de trabalho para que o Comitê Interno de Governança e *Compliance* pudesse dar resultados mais substanciais. Após a finalização desta primeira parte, os servidores Alexandre Brandão e Marcelo Pontes deixaram a reunião para que o Comitê continuasse com os assuntos internos. Foram tratadas as pautas: necessidade de revisão da Instrução Normativa interna que trata sobre o Comitê, com a inclusão de algumas áreas estratégicas e a adição de alguns membros; ficou decidido que caberá à Unidade de Planejamento secretariar o Comitê; o Presidente solicitou ainda que fossem incluídas na revisão da Instrução Normativa as informações sobre o secretariado, a adição de membros, suplentes e que fosse informado o papel da Unidade de Controle Interno no âmbito do Comitê Interno de Governança e *Compliance*. A revisão da Instrução Normativa que instituiu o Comitê Interno de Governança e *Compliance* ficou a cargo da Secretaria Geral e da Unidade de Planejamento. Por fim, o Presidente pediu que fosse revisada a Instrução que instituiu o Comitê de Ética do Brasília Ambiental.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE CAMPOS DUARTE - Matr.0263984-X, Membro do Comitê Interno de Governança Pública**, em 02/08/2019, às 11:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **REJANE PIERATTI - Matr. 1689912-5, Membro do Comitê Interno de Governança Pública**, em 02/08/2019, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE CASTRO DUARTE E SILVA - Matr.0183941-1, Membro do Comitê Interno de Governança Pública-Substituto(a)**, em 06/08/2019, às 12:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VINCENT DANIEL CAVALCANTE LEMOS GAUTIER - Matr.0266839-4, Membro do Comitê Interno de Governança Pública-Substituto(a)**, em 08/08/2019, às 09:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **25853636** código CRC= **E5512AE3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF

32145654

00391-00005671/2019-92

Doc. SEI/GDF 25853636